

**RELAÇÕES DE GÊNERO DE MULHERES HAITIANAS EM
ESPAÇOS PRODUTIVOS INTERPELADAS PELA COLONIALIDADE
E PELO PATRIARCADO DE ALTA INTENSIDADE OCIDENTAL**

**Gender relations of Haitian women in productive spaces shaped by
western coloniality and high-intensity patriarchy**

**Relaciones de género de mujeres haitianas en espacios
productivos interpeladas por la colonialidad y el patriarcado
occidental de alta intensidad**

Elizandra Iop¹

Resumo:

Do processo de colonização mediante a ação da Colonialidade que racializou corpos e com o patriarcado de Alta Intensidade ocidental que privatizou o gênero feminino resultou à formação de relações de gênero subalternizadas. O objetivo da pesquisa foi analisar as relações de gênero das mulheres haitianas inseridas em espaços migratórios produtivos na cidade de Xanxerê (SC) mediante a Colonialidade do poder e o patriarcado de Alta Intensidade ocidental imanente nas relações sociais de poder exercidas nesses espaços. A pesquisa se constituiu enquanto pesquisa qualitativa exploratória guiada pela epistemologia Decolonial e embasada em autores latino-americanos. A amostra foi de nove mulheres haitianas inseridas em espaços produtivos. Constatou-se que as relações de gênero de mulheres haitianas inseridas em ambientes produtivos são atravessadas pela Colonialidade em sua versão Mercado e pelo patriarcado de Alta Intensidade ocidental, resultando em relações de gênero subalternos.

Palavras-chave: Decolonialidade do Poder. Patriarcado de alta intensidade ocidental. Relações de gênero.

Abstract:

The process of colonization, through the action of Coloniality that racialized bodies and the Western High-Intensity Patriarchy that privatized the female gender, resulted in the formation of subaltern gender relations. The objective of this research was to analyze the gender relations of Haitian women inserted in productive migratory spaces in the city of Xanxerê (SC), considering the Coloniality of power and the Western High-Intensity Patriarchy inherent in the social power relations exercised in these spaces. The research was constituted as exploratory qualitative research guided by Decolonial epistemology and based on Latin American authors. The sample consisted of nine Haitian women inserted in productive spaces. It was found that the gender relations of Haitian women inserted in productive environments are traversed by Coloniality in its Market version and by the Western High-Intensity Patriarchy, resulting in subaltern gender relations.

Keywords: Decoloniality of Power. High-intensity Western Patriarchy. Gender relations.

Resumen:

Del proceso de colonización, mediado por la acción de la Colonialidad que racializó los cuerpos y por el patriarcado occidental de alta intensidad que privatizó el género femenino, resultó la formación de relaciones de género subalternizadas. El objetivo de la investigación fue analizar las relaciones de género de mujeres haitianas insertas en espacios migratorios productivos en la ciudad de Xanxerê (SC), a partir de la Colonialidad del poder y del patriarcado occidental de Alta Intensidad, inmanentes a las relaciones sociales de poder ejercidas en dichos espacios. La investigación se constituyó como un estudio cualitativo de carácter exploratorio, guiado por la epistemología decolonial y fundamentado en autores latinoamericanos. La muestra estuvo compuesta por nueve mujeres haitianas insertas en espacios productivos. Los resultados evidenciaron que las relaciones de género de las mujeres haitianas insertas en ambientes productivos están atravesadas por la Colonialidad en su versión de mercado y por el patriarcado occidental de alta intensidad, lo que deriva en relaciones de género subalternizadas.

Palabras clave: Decolonialidad del poder. Patriarcado occidental de alta intensidad. Relaciones de género.

Introdução

A formação histórica que dará origem a América inicia no final do séc. XV pelas invasões europeias sobre os territórios da *Abya Yala* primeiramente com as invasões espanholas, seguida da portuguesa. Invasões marcadas pela ação dominadora daqueles países sobre os territórios que já possuíam identidades culturais próprias. O processo colonial impôs a esses territórios um único padrão identitário, homogeneizando-o e denominando aqueles territórios

por um único nome – América Latina. Demonstrando a negação dos europeus com a existência de culturas e histórias presentes nesses territórios.

Assim a América Latina fora forjada pela Colonialidade e é desse processo que emerge a Europa moderna, a Modernidade e um Sistema Mundo – Capitalista. A transposição de valores, de padrões comportamentais, visão de mundo, organização sociopolítica, econômica e jurídica foi imposta de forma violenta mediante o uso de práticas etnocêntricas, exercidas pela Colonialidade e pelo patriarcado de Alta Intensidade. A perspectiva eurocêntrica estabeleceu um padrão universal de saberes, linguagens, crenças, institucionalizando e racializando corpos, instituindo crenças religiosas, definindo padrões e papéis de gênero, padronizando organizações sociais, estabelecendo relações sociais de poder, nas quais, os sujeitos passam a ser interpelados pelas relações de poder exercidas nas relações sociais no cotidiano.

Esse texto resulta da investigação das relações de gênero de mulheres haitianas em espaços produtivos migratórios. Tendo como objetivo analisar as relações de gênero das mulheres haitianas inseridas em espaços migratórios produtivos na cidade de Xanxerê (SC) mediante a ação da Colonialidade do poder e do patriarcado de Alta Intensidade imanentes nas relações sociais exercidas nesses espaços. A amostra investigada foi de nove mulheres haitianas, em meio a uma população de 82 mulheres de Xanxerê em 2025 (DATAMIGRA, 2025). A identificação da amostra investigada são nomes fictícios, escolhidos pelas próprias mulheres haitianas.

A expansão europeia e a colonização do *outro* pela colonialidade do poder

Em meio ao flagelo cultural dos territórios da *Abya Yala* (América Latina) com as invasões espanholas e portuguesas se vê despontar a centralidade e a hegemonia da Europa moderna. Que hegemonicamente passou a se constituir em detrimento de centenas de povos e territórios que foram dominados, explorados e muitos dizimados para garantir sua centralidade. O poderio europeu se impôs a todo um território atualmente conhecido por América Latina. Assim, “A produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou ao nosso conhecimento” (QUÍJANO, 2006, p. 60). O autor explica tal destruição,

[...] primeiro, da desintegração de padrões de poder e de civilizações de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie. Segundo, do extermínio físico, em pouco

mais de três décadas, as primeiras do século XVI, de mais da metade da população dessas sociedades, cujo total imediatamente antes de sua destruição é estimada em mais de 100 milhões de pessoas. Terceiro, da eliminação deliberada de muito dos mais produtores, não apenas portadores, daquelas experiências, seus dirigentes, intelectuais, engenheiros, cientistas, artistas. Quarto, da continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante os séculos seguintes, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes. Ou seja, até o desaparecimento de qualquer padrão livre autônomo e objetivação de ideias, imagens, símbolos. Em outras palavras, de símbolos, alfabeto, escrita, artes visuais, sonoras e audiovisuais (QUIJANO, 2006, p. 60-61).

Tal destruição ocorreu mediante a Colonialidade, que obteve êxito em todo o projeto que aniquilou cultural e fisicamente os povos originários bem como, comprometeu o desenvolvimento e autonomia cultural, política, social e econômica das futuras gerações de suas populações.

E esta colonialidade é o lado sombrio da modernidade, sendo entendida como o exercício do poder sobre populações com intuito de explorá-las e, como consequência, colocá-las em uma estrutura hierárquica de inferioridade e assim contribuindo para criar condições materiais e imateriais para tal, como afirma Quijano (1992). A criação da Colonialidade se fez mediante práticas eurocêntricas, classificadas como modernas e racionais, oprimindo-se populações, hierarquizando-se e inferiorizando-se o *Outro* não europeu e o *Outro* do patriarcado ocidental em destaque aqui às mulheres.

A consequência dessa ação foi a expropriação da vida e da subjetividade das populações não branca, tomando pela força sua mão-de-obra, explorando-a e tornando-a instrumento de enriquecimento; colonizando sexualidades; racializando corpos e redefinindo papéis sociais de gênero no espaço público e doméstico, reproduzindo, social e historicamente, verdades que servissem aos interesses dos dominadores e inferiorizando os que não fossem homens brancos, proprietários, racionais, produtivos e cristãos. Assim, forma-se uma estrutura de poder exercida pelos sujeitos da Colonialidade sobre a América Latina e em um novo padrão de poder, denominado de Colonialidade do Poder (QUIJANO, 2005a), que a define como,

La Colonialidade es uno de los elementos, constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de América (QUIJANO, 2000, p. 342).

Pela Colonialidade, a Europa impôs seu poderio cultural, econômico, político, jurídico e militar desmantelando instituições sociais e organizações tribais com o intuito de civilizá-los,

formando assim toda uma conjuntura social latino-americana em que os povos originários, os africanos translocados para cá e seus descendentes foram colocados na condição de subalternos. No que se refere à imposição do poderio europeu sobre os povos não europeus, Quijano (1992) destaca que foi uma colonização de subordinação, primeiramente uma colonização do imaginário dos dominados e, posteriormente,

[...] sobre los modos de conocer, de producir conocimiento, de producir perspectivas, imágenes y sistemas de imágenes, símbolos, modos de significación; sobre los recursos, patrones e instrumentos de expresión formalizada y objetivada, intelectual y visual. Fue seguida por la imposición del uso de los propios patrones de expresión de los dominantes, así, como de sus creencias e imágenes referidas a lo sobrenatural, las cuales sirvieron no solamente para impedir la producción cultural de los dominados, sino también como medios muy eficaces del control social y cultural, cuando la represión inmediata dejó de ser constante y sistemática (QUIJANO, 1992, p. 12).

A Colonialidade europeia silenciou e invisibilizou seres, saberes, vozes mediante o processo de negação da existência da humanidade do *Outro*. A desumanização daquela suposta não humanidade, ou seja, a desumanização do *Outro* do europeu constituiu a produção de outra humanidade, essa, entendida como a única possível e, portanto, instituída pelo eurocentrismo de matriz cristã-católica, científica e filosófica que se utilizou de narrativas como forma de convencimento da inferioridade de indígenas e africanos e do gênero feminino.

Seguindo as narrativas discursivas coloniais, caberia aos mais desenvolvidos, os brancos europeus civilizá-los, pois o discurso filosófico instituía que “[...] no topo [da] escala evolutiva vem o branco europeu, com a astronomia e toda a característica de sua superioridade” (VOLTAIRE, *apud* MUNANGA, 1988, p. 18). Com as narrativas discursivas o processo civilizatório ia sendo desumanizados indígenas, africanos, privatizando e aprisionando o gênero feminino e produzindo sobre a desumanização uma outra humanização, ou seja, uma nova vestimenta cultural estava sendo imposta para esses povos e para o gênero feminino, uma que atendesse aos interesses do "homem civilizado" e do Sistema Mundo moderno - Capitalista.

Desta forma, as populações de todo um universo cultural polissêmico, a partir do século XVI, tiveram seus corpos e pensamentos determinados pelas verdades impostas mediante relações de poder – a Colonialidade do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2005a). Condicionando o entendimento de si e do mundo pelas lentes do europeu, mais tarde, pela visão estadunidense e atualmente pela lógica do Sistema mundo Capitalista, em sua versão Mercado. Resultando na incorporação de um conjunto de valores eurocêntricos pelas comunidades originárias, pelos povos africanos e pelo gênero feminino que alteraram visões de mundo, funções e papéis sociais, relações sociais de poder, práticas culturais, comportamentos sociais,

bem como, a estrutura sociopolítica dos grupos, instituindo o patriarcado eurocêntrico, chamado por Rita Segato, antropóloga argentina de patriarcado de Alta Intensidade² ocidental que determinou novas relações de gênero.

Assim, chega ao território em formação o homem heterossexual, branco, patriarcal, cristão, capitalista e europeu e junto com ele um sistema de poder político o patriarcado. A implantação de um padrão normativo eurocêntrico negou a existência de identidades sociais, resultando em um modo de dominação social instituindo um novo padrão de poder – a Colonialidade (QUIJANO, 2005a), vigente ainda hoje, porém atualmente imanente no Sistema mundo Capitalista – o Mercado.

A Colonialidade do poder instituiu ao hemisfério Sul do ocidente uma construção histórica as margens do Velho Mundo, de forma subserviente ao ocidente europeu que considerava que os povos que viviam fora da Europa não haviam ainda atingido o ideal de desenvolvimento, seja em termos culturais, políticos, jurídicos, científicos, religioso e econômico (QUIJANO, 2005a). Sendo eles entendidos como seres sem história, sem cultura, sem Deus, sendo considerados animais selvagens para alguns, bárbaros para outros e ainda promíscuos, débeis, incapazes para tantos outros (MUNANGA, 1988). O *Outro* civilizado pelo europeu sempre ocupou um espaço de inferioridade em relação ao seu colonizador que se autodeclarou ponto de referência e superioridade se colocando na centralidade de todo um modelo social de base eurocêntrica.

Portanto, o eurocentrismo,

[...] pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal. [...] As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas. [...]. Existindo uma forma natural do ser da sociedade e do ser humano, as outras expressões culturais diferentes são vistas como essencial ou ontologicamente inferiores e, por isso, impossibilitadas de se superarem e de chegarem a ser modernas (devido principalmente à inferioridade racial) (LANDER, 2005, p. 13-14, grifo do original).

Por esta orientação, a Europa se autointitulou responsável por orientar e conduzir por um único caminho centenas de povos rumo à civilização moderna europeia, mediante a negação do *Outro* que presencia a extirpação de sua identidade cultural, passando a vigorar identificações como, o bárbaro, selvagem, exótico e o primitivo. Essa visão dos europeus acerca das populações não europeias se tornará hegemônica, todavia, opressora e conseqüentemente, inviabilizará saberes, crenças, sedimentando uma cultura unitária de base branca, patriarcal,

burguesa e cristã implicando em uma visão de mundo e num comportamento social eurocêntrico (QUIJANO, 2005a).

Mediante a isso, a Europa moderna que despontava no ocidente, declarada civilizada de forma truculenta se impõe aos considerados por ela não civilizados.

Desta forma,

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior [...] 2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral. 3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa [...]. 4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial). 5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica). 6. Para o moderno, o bárbaro tem uma `culpa` (por opor-se ao processo civilizador) que permite à `Modernidade` apresentar-se não apenas como inocente, mas como `emancipadora` dessa `culpa` de suas próprias vítimas. 7. Por último, e pelo caráter `civilizatório` da `Modernidade`, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da `modernização` dos outros povos `atrasados` (imatuross), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil [...] (DUSSEL, 2000, p. 49).

Considerando o chamado projeto civilizatório moderno, a partir do séc. XVI, nega-se e inviabiliza-se a existência de povo, de nação, de história, de cultura, de auto-organização e autodeterminação, enfim, de identidades culturais que fossem diversas ao que a Europa considerava por civilizadas.

Assim, corpos, mentes, subjetividades, gêneros, sexualidades, comportamentos sociais, visões de mundo, sentimentos, emoções, dores, saberes, crenças e conhecimentos vão sendo negados, apagados e descartados em nome de uma única nação, de um único gênero, de um único Deus e de uma única episteme, de modo que se fortalece-se a negação da existência de um mundo policêntrico com a presença do *Outro*, para produção de um mundo monocêntrico sem a presença do *Outro*.

Para tanto, os colonizadores se apropriaram dos povos originários do *Abya Yala* escravizando africanos e seus descendentes, relegando-os e os aprisionando ao espaço produtivo, a espaços marginalizados e segregados pela cultura europeia, impedindo suas participações em espaços públicos e políticos da sociedade. Os *Outros* do patriarcado ocidental foram socializados e interpelados pela Colonialidade do Poder a uma nova organização social da qual, foi produzida a modernidade racional, e da qual, se consolidou a dominação colonial que produziu a América Latina, o indígena, o negro e o gênero feminino. No entanto, essa é uma das dimensões da

Modernidade e da Colonialidade, que possui aspectos multidimensionais. De modo geral, negou-se por muito tempo a esses *Outros* do patriarcado ocidental o *status* de cidadãos.

A racialização de corpos e a apropriação do gênero feminino pelo patriarcado no sistema mundo moderno capitalista

A destruição do *Outro* do Patriarcado de Alta Intensidade que está representado na figura do homem, branco, heterossexual e cisgênero mediante as ações da Colonialidade do poder contribuiu significativamente para a criação da América Latina, no bojo da modernidade europeia e no âmbito do Sistema Mundo capitalista - o Mercado. É desse movimento histórico que a Colonialidade emergiu, através do conceito de Colonialidade, Aníbal Quijano (2005a; 2005b) demonstra que ela foi a base de sustentação da modernidade e da reprodução do capitalismo pelo fato dela explorar materialmente os sujeitos, colonizando suas subjetividades. Utilizou-se da racialização dos corpos para conseguir tal intento, o que permitiu ao colonizador diferenciar populações, inferiorizar corpos não brancos e com o patriarcado ocidental explorar, dominar, subalternizar e silenciar as mulheres.

Seguindo o pensamento de Quijano (2005a), o capitalismo – o novo padrão de poder mundial, moderno e eurocentrado representa a Colonialidade do poder, tendo como base a ideia de raça, resultando na institucionalização de novas identidades sociais, o negro, mestiço e indígenas. Assim, a cor foi eleita como característica fundamental dessa diferenciação e classificação racial, resultando na criação de identidades sociorraciais, com intuito de dominar, explorar e inferiorizar os que estavam sendo colonizados - os não brancos e os não masculinos.

Por assim dizer, a reprodução do capitalismo é sustentada pela exploração racial (também econômica) do trabalho evidenciados na segregação e na desigualdade social. A dominação e a exploração racial resultaram em consequências materiais e subjetivas à vida das pessoas não brancas que foram inferiorizadas em virtude de sua cor de pele para justificar a escravização em curso nas Américas. A categoria raça tinha como finalidade legitimar e naturalizar a exploração colonial, portanto, foi (e permanece) um artefato poderoso para impor a Colonialidade e um projeto de sociedade moderna, contribuindo para garantir os interesses do Capitalismo (QUIJANO, 2005a). O autor definiu raça como, “[...] uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (QUIJANO, 2005a, p. 117).

Para Aníbal Quijano, as relações de dominação, controle social e exploração do trabalho, da natureza, do corpo, da sexualidade e do gênero acontecem juntas, como recursos e produtos de exploração. O autor salienta que, desse processo colonial, resultou a formação daquilo que não corresponde à verdade, e pela qual, os colonizados pelos valores eurocêntricos passam a ter suas mentalidades moldadas. Influenciando na criação de uma imagem ilusória de si próprios, ou seja, o sujeito vê a si mesmo por meio das representações culturais eurocêtricas e etnocêtricas. Porém, tal imagem não é de toda ilusória, mas sempre de forma rebuscada, enaltecendo algumas características e camuflando outras, dificultando o verdadeiro reconhecimento do sujeito que observa (QUIJANO, 2005a). Desta forma garantiu-se a dominação e a interpelação de todo um *ethos* cultural.

Criando-se assim, a primeira categoria social da modernidade, a concepção de raça e essa vai dar fundamento e sustentação a duas novas formas de controle social, o Sistema de dominação social e o Sistema de exploração social. O primeiro culminou com a categorização das pessoas a partir da cor da pele, determinando funções e posição social no projeto de sociedade em curso e o segundo garantiu a exploração da força-de-trabalho dos racializados como seres inferiores dentro do *status quo* e sua hierarquia socioeconômica.

A ideia de raça foi utilizada pela Colonialidade do poder enquanto,

[...] um produto mental e social específico daquele processo de destruição de um mundo histórico e de estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição: a idéia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural (QUIJANO, 2005b, p. 17).

Este artefato social teve tanto êxito aos propósitos da dominação e exploração colonial, separando socialmente os brancos dos não brancos, categorizando-os com estigmas sociais, culturais, jurídicos e econômicos depreciativos, contribuindo com o aparecimento de uma nova forma da sociedade colonizadora ver o Outro colonizado e o mesmo ocorrendo com os não brancos. A ideia de raça foi utilizada para colonizar através de um conjunto de valores cristãos e profanos o corpo e a mentalidade tanto dos colonizados como do colonizador. A partir de então, ao olhar para si e para o *Outro* do patriarcado ocidental é olhar e agir pelas lentes da racialização, pois o olhar e a mentalidade foram colonizados pela Colonialidade do poder. A ideia de raça não ficou restrita ao corpo, estendeu-se à força-de-trabalho, onde os corpos não brancos foram submetidos à subalternização e à marginalização e posteriormente a categoria

raça aproximou-se à categoria pobreza, fortalecendo a dominação e exploração produtiva, e essa independe da cor da pele.

A aceitação e reprodução da dominação, exploração, violência reconhecido atualmente enquanto preconceito e racismo contra pessoas não brancas naturalizou-se mediante relações sociais de poder infiltradas em todos os compartimentos públicos e privados da sociedade, não se limitando somente aos sécs. XVI a XIX. Tomando conta do ser, daquilo que o humano tem de mais seu, sua individualidade, subjetividade e consciência, pois,

Essa ideia de raça foi tão profunda e continuamente imposta nos séculos seguintes e sobre o conjunto da espécie que, para muitos, desafortunadamente para gente demais, ficou associada não só à materialidade das relações sociais, mas à materialidade das próprias pessoas (QUIJANO, 2005b, p. 17).

Assim, a categoria raça serviu como um dos instrumentos da Colonialidade do poder para estabelecer novas relações sociais de trabalho que serviriam para o fortalecimento da burguesia europeia nascente e para a economia capitalista, pois aos indígenas, africanos - pretos e mestiços, ao terem seus corpos racializados e inferiorizados em relação aos corpos brancos, facilitaria sua exploração no Sistema mundo moderno e Capitalista.

A racialização também influenciou na criação de outras identidades sociais que foram instituídas em decorrência dos interesses do capitalismo, criando-se espaços territorializados onde um abismo social nunca visto antes emergiria, de um lado pessoas brancas e do outro todos os demais não brancos. Os colonizados foram moralmente marcados enquanto corpos “sem valor” pois, no imaginário da colonização, eram corpos sem alma, todavia, sem humanidade, inferiores aos corpos brancos. Isso fortalece a possibilidade de sua exploração pelas novas relações trabalho instituídas na América Latina. De certa forma, essa naturalização da raça gerava aceitação à condição de inferioridade a qual, foram submetidos, pois essa exploração não foi combatida, não pelo menos nos primeiros séculos de sua existência (QUIJANO, 2005a).

Isso contribui para o avanço, desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo, pois os territórios colonizados serviam-no com mão-de-obra servil e escravizada e do outro lado, mão-de-obra livre e assalariada, porém, também explorada, o fundamento aqui é o *status social*.

Mediante a isso, a organização das relações de trabalho e produção na modernidade tiveram origens na desigualdade, na expropriação e exploração da mão-de-obra, dependendo da cor da pele. Desta forma as funções sociais e o status social foram determinados pela lógica produtiva capitalista que esgaçou a malha social e abriu um abismo nunca visto. Assim, a

desigualdade social que emerge na modernidade carrega em seu âmago a exploração do corpo, pele, gênero e da sexualidade exploradas pelo Sistema Mundo moderno - Capitalista.

Vale salientar, que

[...] na medida em que as relações sociais que estavam se configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005a, p. 117).

A moderna sociedade capitalista eurocêntrica e patriarcal inaugura uma fase humana em que a exploração da força de trabalho é o elemento que posiciona o indivíduo na esfera social, incorporando a cor da pele e o gênero nesse processo exploratório.

Portanto, a ideia de raça ou a racialização dos corpos,

[...] demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero [...]. Desse modo, [a] raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade (QUIJANO, 2005a, p. 118).

No entanto, a racialização dos corpos não foi o único mecanismo utilizado para tal intento, a dominação do gênero compôs o outro instrumento pelo qual os sujeitos da Colonialidade do poder impuseram-se nos territórios colonizados.

Desta forma,

Esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza (QUIJANO, 2005a, p. 129).

A racialização dos corpos e a subalternização das relações de gênero, representaram o dualismo entre, brancos superiores de um lado, indígenas e pretos de outro e intercalados entre eles a inferiorização do gênero feminino, principalmente de mulheres não brancas. Essa classificação foi fundamental ao padrão de poder mundial que avançou nesses 500 anos manifestando-se nas práticas sociais como, o machismo, racismo, misoginia, homofobia, sexismo e o feminicídio.

Seguindo a mesma linha de Aníbal Quijano, Rita Segato (2021) salienta que a episteme da Colonialidade do poder está na raça e que essa fora criada para classificar e inferiorizar corpos e deles retirar vantagens econômicas, no entanto, acrescenta junto a raça o gênero. E inserida nessa episteme moderna europeia, estabeleceram-se novas relações de gênero tendo como instrumento normatizador o patriarcado ocidental. A autora argumenta, que tanto a raça quanto o gênero respondem ao desenvolvimento do Estado-nação moderno, mediante suas instituições e o Capitalismo em expansão na época da intrusão. Fazendo com que o patriarcalismo de Alta Intensidade ocidental fosse sendo introduzido nas relações sociais estabelecidas pela Colonialidade do poder sobre os povos colonizado. Agindo de forma a privatizar o gênero feminino, retirando-o do espaço público, restringindo-o ao espaço doméstico de domínio do homem. Assim os corpos das mulheres e suas subjetividades são coisificados, ficando à mercê dos interesses masculinos.

Considera-se que, a Colonialidade eurocentrada, a Colonialidade do poder e o patriarcalismo de *Alta Intensidade* ocidental, instituíram novas relações de gênero, onde o gênero feminino é colocado em uma posição hierárquica inferior à posição do gênero masculino no *status quo*.

Com a intrusão colonial, toda a identidade social que não se assemelhava à branca europeia, quando não marginalizada, deveria ser convertida à lógica da masculinidade eurocentrada, pois na hierarquização do gênero, o homem é o detentor do poder no espaço público e no espaço doméstico (SEGATO, 2014). Ambas as categorias sociais, raça e gênero estiveram e estão presentes no avanço do Estado moderno sobre os territórios, povos colonizados e a vida das mulheres.

Entende-se que a racialização dos corpos, a apropriação e inferiorização do gênero feminino e a civilização da subjetividade seja das mulheres ou dos povos colonizados representaram sua dominação (QUIJANO, 2005a). A determinação de novas relações de gênero pela Colonialidade do poder e pelo patriarcalismo de Alta Intensidade ocidental forneceram condições de alargar o domínio sobre os territórios invadidos instituindo o *status quo* moderno e nele a segregação sociorracial e a hierarquização entre os gêneros. O que contribui severamente para aumentar a desigualdade racial, onde os mais pobres, os não brancos, os não homens e os não heteros são as maiores vítimas de práticas sociais criminosas.

Quanto ao patriarcado, esse é o pilar do poder, “El mandato de masculinidad como primera y permanente pedagogia de expropiación de valor y conseqüente dominación” (SEGATO, 2016, p. 16). O patriarcado ocidental se apropriou, subjogou, expropriou, explorou os diferentes do homem branco, heterossexual, cristão e produtivo, silenciando vozes, cores e

gêneros. O patriarcado ocidental pedagogicamente estabeleceu um padrão de conduta aos corpos das mulheres e pelas relações sociais de poder no cotidiano educou-as à como agir, se portar e pensar, determinando condutas e posturas sociais, condutas essas que sempre estiveram a quem de uma igualdade e equidade nas relações de gênero.

A autora salienta que se colonizou os corpos das mulheres, territorializando-os, sendo eles a primeira colônia do patriarcalismo ocidental. “El patriarcado, a relación de género basada en la desigualdad, es la estructura política más arcaica y permanente de la humanidad” (SEGATO, 2014, p. 18). Para o patriarcado firmar seu poder foi necessário subjugar e oprimir as mulheres, pois ele somente existe em virtude da expropriação e violência para com os seus outros. O poder do patriarcado ocidental se expressa por meio da violência, algumas muito sutis incorrendo em sua imperceptibilidade por parte das mulheres.

Verifica-se ainda, que nas relações de gênero institucionalizadas, as funções desempenhadas pelas mulheres em relação as desempenhadas pelos homens no ambiente público, haja vista, que suas colocações são inferiores aos dos homens e isso se intensifica à medida em que o corpo for preto, indígena e mestiço, representando uma forma de violência. As violências e abusos se alastram no tecido social sobre as mulheres, e em muitos casos, ela não tem noção do quão ela está sendo violentada, violada, abusada e subjugada pelo poder de dominação do patriarcado que está imanente em todos os ambientes, público, privado e doméstico.

Assim, considera-se que o patriarcado de Alta Intensidade ocidental interpela a mulher passando a organizar os diversos espaços sociais em que ela perpassará em seu cotidiano, ficando refém de poder político do patriarcado que a silencia e a invisibiliza. Com a reclusão forçada da mulher e seu mutismo político territorializa-se tanto seu corpo como seu gênero pelos corpos significantes da Colonialidade. de forma que, [...] o posicionamento feminino é também aprisionado pelo corpo-significante, para ser percebido de modo equivocado mais com uma natureza do que como um posicionamento na história (SEGATO, 2022, p. 15). Esse aprisionamento se fez mediante uma educação domesticadora autoritária que adestrou o corpo e o gênero feminino moldando-os aos propósitos do patriarcado, de forma que a postura que os corpos e os gêneros viessem a ter fossem entendidos como parte da natureza da mulher. Isso coibiria ela, por parte dela própria a ter qualquer tipo de vontade de mudar sua condição de subjugada, pois pela lógica, a natureza tem leis própria que independem da vontade humana, restando à mulher domesticada a aceitação à sujeição.

Considerando, as relações de gênero e mais a racialização dos corpos revelam-se análogos e contemporâneos. Assim sendo, evidencia-se o caráter binário nas relações de gênero

determinadas pelo patriarcado de Alta Intensidade que é de complementar o *Outro* do patriarcado ocidental, fazendo com que a mulher não tenha consciência da subjugação por qual está passando. Isso evidencia que os espaços políticos de decisões, na grande maioria são ocupados por homens quem decidem sobre a vida e a condição de vida das mulheres. Percebe-se uma entrega total da condição da vida da mulher aos interesses masculinos que agem por convicções e princípios morais conservadores. E quando as mulheres reagem ao poder político do patriarcado, esse próprio utiliza a resistência feminina a seu favor denominando-as de loucas, histéricas e imorais, pressupondo que essas e todas aquelas que se solidarizam pela luta contra as violências masculinas e que enfrentam o patriarcado são de pouco valor. Assim, torna-se urgente a decolonização das relações e hierarquias de gênero colonizadas pelo patriarcalismo de Alta Intensidade ocidental sustentado pelo Colonialidade do poder.

Relações de gênero de mulheres haitianas em espaços produtivos

A seguir serão detalhados os dados coletados pela pesquisa referente as relações de gênero em espaços migratórios produtivos.

- **Maria Jean** (faxineira em supermercado) "*É só eu fazer meu trabalho direitinho que não ter problema*".
- **Rosia Louisaint** (costureira em fábrica de bolsa de rafia), "*É um pouquinho difícil, se no dia eu não costurar a quantidade de saco que eles querem, eu não recebo o mesmo valor, vai ser descontado do salário. Eu preciso usar luvas para trabalhar, todo dia preciso de luvas novas, mas eles não deixam trocar, mas os brasileiros trocam de luvas todos os dias, mas os estrangeiros precisam usar a mesma luva por uma semana. Tanto a luva como a toca. Mesmo sabendo que nós estamos suando, eles não deixam trocar*".
- **Amapola Benadeu** (desossadora em frigorífico) "*Trabalho não é fácil, mas tenho que trazer meus filhos para o Brasil. Mas está tudo bem*".
- **Fanfan Antoine** (faxineira em supermercado) "*Eu me sinto bem, mas tenho alguma dificuldade, eu não paro, eu fico o tempo todo varrendo, limpando, meu chefe não me deixa comer, mas as brasileiras comem. Mesmo assim eu tenho que me adaptar, porque tenho família no Haiti e tenho que enviar dinheiro para eles. Mas tem alguns olhares*".
- **Etiene Maurice** (desossadora em frigorífico) "*Eu não gosto, é muito sofrido, mas tudo bem eu preciso trabalhar. Minhas mãos ficam duras, doem muito*".

- **Sabine Cius** (caixa de supermercado) "*Não tem problema, é só fazer direitinho meu trabalho que não tem problema, mas se tiver eu saio*".
- **Brinellie Charles** (faqueira em frigorífico) "*Mais ou menos, porque ele (o monitor) não entender quando eu falo, eu me sinto mal. Eles só querem que eu trabalhe, trabalhe, trabalhe. E o trabalho que faço é difícil, porque minhas mãos doem. Eu já pedi para meu monitor trocar de função e ele não trocar, mas se uma brasileira pede, ele trocar. Os brasileiros são bem tratados, nós não, eu não gosto de trabalhar lá, mas precisa*".
- **Daline Josefh** (desossadora em frigorífico) "*É difícil, não sei falar direito o português, falo, mas tem palavras que não sei. Minhas mãos estão machucadas. Eu já pedi para meu monitor trocar de função e ele não trocar, mas se uma brasileira pede, ele trocar. Os brasileiros são bem tratados, nós não, eu não gosto de trabalhar lá, mas ter que trabalhar*".
- **Simone De Boa** (desossadora em frigorífico) "*Eu gosto, está tudo bem*".

Os dados revelam a centralidade do trabalho na vida das mulheres haitianas investigadas, considerando que os motivos da migração para o território brasileiro foi a busca por melhores condições de vida seja para elas, para a família que está no Brasil ou mesmo para aquela parte que permanece no Haiti. Portanto, mesmo os dados revelando o não contentamento das mulheres e as dificuldades por quais passam, continuam a trabalhar de forma silenciosa. Isso demonstra que as mulheres foram sujeitadas por relações de poder, o que as silencia.

A cor da pele das mulheres investigadas fora racializada e colocada em uma condição de inferioridade em relação a cor de pele branca pela Colonialidade do Poder; tiveram seu gênero privatizado e educado pelo patriarcado de Alta Intensidade ocidental durante o processo de colonização dos territórios Pré-colombianos (QUIJANO, 2005a; SEGATO, 2021). Mediante a isso, percebeu-se que a Colonialidade continua em curso em pleno século XXI, no entanto, em sua versão Mercado, pelo fato da maioria das mulheres investigadas relatarem não se sentirem confortáveis no ambiente produtivo, em virtude da forma de como são tratadas quando comparado com o tratamento dado às mulheres brasileiras. Isso demonstra que pelo fato de serem mulheres pretas racializadas, pobres e imigrantes o agir sobre elas, deixando-as desconfortáveis e expondo-as ao sofrimento físico e emocional em relação a atividade produtiva que desenvolvem e as submetendo a uma condição de inferioridade em relação a todo o ambiente social produtivo, evidencia tanto o agir da Colonialidade do poder em sua versão Mercado como do sistema de poder patriarcal que buscam subjugar o Outro diferente. A manutenção da racialização dos corpos pela Colonialidade possibilita a exploração desses (QUÍJANO, 2005a, QUÍJANO 2005b) mediante a isso, percebe-se que atualmente o Mercado

utiliza dessa racialização hierarquizada para continuar com a exploração da força de trabalho dessas mulheres, o que garante êxito ao processo produtivo, pois na hierarquia social a mulher se encontra abaixo da posição ocupada pelo homem e a mulher preta abaixo da mulher branca.

Considerando que a amostra investigada está localizada em um estado que se orgulha de sua cor de pele branca, de ter sido colonizado por europeus e o Oeste catarinense ter sido povoado em sua grande maioria por italianos e alemães e/ou seus descendentes, e atualmente cultivando os valores desses povos juntamente com sua visão de mundo, demonstra que o eurocentrismo ainda se faz presente nas relações sociais de poder nesse território, levando os monitores a não considerarem o bem estar dessas mulheres em função delas representarem o *Outro* daquele padrão de humano considerado ideal pela sociedade catarinense branca. Nesse caso, entende-se que a visão de humano eurocentrado atravessa as relações sociais no cotidiano, evidenciando-se quando se trata do Outro ser mulher, preta, pobre e latina e arrisca-se dizer, que não cristãs, pelo fato de carregarem suas religiosidades na diáspora migratória.

A Colonialidade agiu mediante a uma estrutura de poder que silenciou e invisibilizou mulheres resultando em sua marginalização e subalternização (QUÍJANO, 2005a, 2005b), no contexto investigado, ao não ser ouvido as vozes dessas mulheres os monitores as silenciam, ao não considerarem as dores dos corpos e seu desconforto durante o processo produtivo, as invisibilizam-nas mediante relações de poder exercidas pelo Mercad. Mediante ao exposto, se percebe o patriarcado de Alta Intensidade ocidental contribuindo com as engrenagens do Mercado, pois quando essas mulheres são silenciadas sem poder de fala e sem serem ouvidas, institui-se sua submissão perante o poder do patriarcado que as agride emocionalmente, fisicamente, subjetivamente e moralmente, configurando relações de gênero subalternizadas.

As relações de poder imanes nas relações de trabalho ainda expressam a xenofobia haja vista, que quando as mulheres relatam que são tratadas de forma diferente das brasileiras, pelo fato de serem imigrantes, reforça o padrão de corpo, de pele e de nacionalidade a qual os monitores estão acostumados a conviver pois em algum momento lhe foi dito que é o corpo nobre. Esse comportamento submisso que se identificou é o resultado da ação da Colonialidade que silenciou invisibilizou corpos e o patriarcado educou-o para ser silencioso e dócil aos seus mandos.

As mulheres possuem clareza da diferença de tratamento, sentem-se desrespeitadas, não ouvidas, oprimidas, no entanto, se calam e, portanto, consentem, o que demonstra a efetividade da intencionalidade do patriarcado. A manifestação do poder político do sistema do patriarcado de Alta Intensidade ocidental contribui juntamente com a racialização para educar corpos

submissos, representando o fortalecimento do Sistema Mundo moderno Capitalista que tem em sem âmagos a ânsia pelo lucro em detrimento de condições dignas de vida das trabalhadoras.

Considerações finais

Com base nos dados coletados e analisados pelo olhar da Colonialidade do poder e do patriarcado de Alta Intensidade ocidental, entende-se que as relações de gênero formadas no ambiente produtivo estão submetidas a uma estrutura de poder que carrega em si a herança da Colonialidade manifestada pelo Mercado e no patriarcado de Alta intensidade que nunca deixou de existir estando imbrincado em todas as relações sociais modernas e atuais.

A violência a qual essas mulheres estão submetidas é silenciosa, aparentemente não há marcas nos corpos, pois elas estão localizadas em pontos estratégicos de seus corpos, como em suas subjetividades e individualidades. O tentar verbalizar essas violências acarretará mais violência, pois violência que não deixa marcas é mimimi, discurso utilizado pelo patriarcado para enfraquecer a resistência e continuar silenciando e abusando dessas mulheres mediante um discurso misógino e vitimista. O patriarcado age sorrateiramente se utiliza das dores e sofrimentos das mulheres para se fortalecer, tornando a vítima a culpada, e aqui, o discurso seria, de que *estão fazendo corpo mole para não trabalharem*, demonstrando por esse pensamento os discursos racistas para com o corpo preto. Podendo ser consideradas loucas ao tentar se manifestarem, demonstrando o discurso misógino do patriarcado.

Atualmente a Colonialidade do poder e o patriarcado de Alta intensidade ocidental reforçam seu poder continuando a vitimar mulheres e mais ainda, mulheres pretas, pobres e imigrantes mediante a formação de relações de gênero subalternizadas em espaços produtivos. Por isso da emergência pela decolonização das relações de gênero imputadas às mulheres pelos interesses masculinos.

Referências:

DATAMIGRA. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portal De Imigração Laboral**. Disponível em: <https://www.datamigraweb.unb.br/#/public/bases/sisMigraAnoRegistro>> Acesso em 10 de outubro de 2024.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In.: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2000, p. 24–32. Disponível em: < <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>> Acesso em 30 de nov. de 2023.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf> Acesso de 10 de jan. de 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude, usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad/racionalidade**. 1992. Disponível em: <<https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>> Acesso em 12 de out. de 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005a, Cap. 9, p. 117-142. <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf> Acesso em 12 de out. de 2023.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento da América Latina. Dossiê América latina. **Estudos Avançados**. n.19, (55), dez. 2005b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/KCnb9McPhytSwZLLfyzGRDP/?format=pdf&lang=en> Acesso em 20 de out. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Os fantasmas da América Latina. *In*: NOVAES, Adauto. **Oito visões da América Latina**. São Paulo, Editora Senac, 2006. Cap. 3. p. 49-86.

SEGATO, Rita Laura. Colonialidad y patriarcado moderno: expansion del frente estatal, modernizacion, y la vida de las mujeres. *In*: **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayan: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da Colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SEGATO, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visão decolonial**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022.

Declaração de uso de Inteligência Artificial:

Este artigo foi elaborado sem o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa.

Notas:

¹ Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professora titular da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). E-mail: elizandra.iop29@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1434-8361>

² Denominação dada pela antropóloga Rita Segato ao patriarcado ocidental instituído sobre os povos originários pela colonialidade do Poder, do Saber e do Ser.